

Médio Oriente

O Islão e a democracia

George Joffé

No seguimento da crise criada pelo 11 de Setembro e pelas guerras no Afeganistão e no Iraque, em paralelo com os contínuos ataques da Al-Qaeda e com a crescente resistência iraquiana - dois factos supostamente interrelacionados -, intensificam-se na Europa e nos Estados Unidos os debates sobre a verdadeira natureza do mundo islâmico.

O debates desenrolam-se em redor da proposição que a instabilidade na região e a crescente violência não estão relacionadas com os problemas reais da região – como o conflito com Israel, o intervencionismo ocidental ou o fracasso económico do Médio Oriente, com a conseqüente migração económica para a União Europeia. Pelo contrário, esses factos relacionam-se com características específicas da sociedade e das entidades políticas islâmicas, que as impedem de criar sistemas políticos transparentes e participativos, onde seja possível exigir a prestação de contas, aceites como legítimos pela população – ou seja, a democracia.

O argumento

O argumento que justifica esta proposição foi provavelmente expresso de forma mais sucinta pelo Professor Bernard Lewis, o octogenário decano dos Estudos Islâmicos nos Estados Unidos, que acabou de publicar mais um – possivelmente o último – livro sobre o mundo islâmico, *The crisis of Islam*. Aqui, a sua perspectiva ultrapassa a questão da democracia no mundo islâmico, pois está sobretudo preocupado com o crescimento do terrorismo que aí ocorre. Receia, contudo, as conseqüências da evolução democrática, pois a democracia pode bem acabar por ser o mecanismo através do qual os extremistas islâmicos cheguem ao poder – consolidando depois o seu poder pela destruição do mesmo sistema democrático que aí os conduziu. É certo que não existe nenhum exemplo, nem sequer o Irão, onde este desolador cenário exista, mas com a hostilidade dos modernos movimentos extremistas islâmicos em relação ao ideal democrático, estes receios parecem ser legítimos.

As ansiedades de Bernard Lewis relativamente às conseqüências da evolução democrática no mundo islâmico e a sua explicação sobre as razões para o fracasso da democracia não

são novas. Analisou o tema com algum detalhe em dois artigos publicados no *Atlantic Monthly*, em Fevereiro de 1993 e Janeiro de 2002. Afirma que o problema com a democracia no mundo islâmico tem estado relacionado com a reificação do Islão nas entidades políticas enquanto legitimação da acção política e com a sua instrumentalização nas sociedades islâmicas. Isto causou frequentemente uma falta de vontade para responder de forma efectiva às causas internas da humilhação que o mundo islâmico tem vindo a sofrer, a partir do século XVII.

Os que se têm preparado para internalizar a análise deste fracasso também concluíram que a sua causa não radica tanto no próprio Islão, quando reificado desta forma, mas em deficientes análises e aplicações. Apoiam, assim, uma intensa revitalização da sociedade e da entidade política, com base numa visão islâmica original e pura. Esta tem sido a motivação que está na origem – através da experiência do Afeganistão e da modernização do conceito de *jihād* – da terrífica violência da al-Qa'ida e da intolerância do Islão político. Esta resposta consciente, no entanto, não chega mais longe na análise das causas reais e profundas do que a que é dada pelos que proclamam que o mundo islâmico tem sido uma vítima e que essa é a verdadeira explicação para que a democracia não tenha vingado.

Estes problemas básicos reflectem a inerente e histórica falta, no mundo islâmico, das estruturas de associação que, de diversas formas, sempre caracterizaram a Europa Ocidental e, mais tarde, a América. A associação funcionou como restrição à articulação do poder e, através dos tempos, pela via dos impostos, deu poder de participação e estatuto legal aos proprietários e às instituições económicas. Este processo, desde o final da guerra dos trinta anos, restringiu o poder soberano e institucionalizou o processo político, gerando a sociedade civil e as liberdades individuais – os maiores garantes da democracia.

O Islão sempre protegeu a santidade da propriedade privada mas, argumenta Bernard Lewis, nunca criou as ficções legais para expressar a associação entre a actividade social e económica. Os impostos sempre foram uma obrigação, mas na forma de dever divino e não como parte de um contrato implícito entre governantes e governados que foi fazendo com que os geradores de imposto sobre o rendimento fossem tendo cada vez maior interesse em saber como é utilizado o seu dinheiro. De forma similar, apesar de o próprio poder ser contratual, pois os que o exercem, pela soberania divina, podem ser destituídos pela comunidade islâmica em caso de abuso, não existem mecanismos para a manipulação legítima do poder por parte da comunidade, devido à sua natureza e origem. Isto, por seu

lado, jogou contra o crescimento de garantias formais das liberdades individuais e a institucionalização da sociedade civil como restrição ao exercício governamental.

Realidades

Como todos os argumentos essencialistas, no entanto, estas análises não expressam as verdadeiras vitalidades intelectuais do mundo Islâmico. Os académicos árabes, por exemplo, há muito que apontaram para a existência tradicional de duas formas de sociedade civil – a chave para qualquer forma de democracia, devido aos constrangimentos que impõe à governação – no interior do mundo árabe que restringiram os seus governantes, *jma' a al-ahli* e *jma' a al-madani*, que destrinçam como “sociedade civil” e “sociedade cívica” – sendo uma resultando da associação comunal e a outra da sofisticação urbana e da interacção com o poder. Ambas limitam significativamente os governantes e, na sequência da tradição de consulta, a *shura*, têm sido centrais na institucionalização da participação no processo político.

Depois, existe um sistema legal independente, a *shar'ia* (lei islâmica), uma complexa jurisprudência que, juntamente com a *qanoun* (regulação) constitui um sistema legal fora do controle político. Estes factores, em conjunto com a *bay'a*, a tradicional sanção social da autoridade, garante da obediência a essa mesma autoridade, asseguram a participação política, a justiça social e os direitos individuais – manifestações centrais da democracia. É certo que todos estes elementos se manifestam de forma diferente do ideal ocidental, mas o seu valor moral e político está na origem de muita da grandeza histórica da civilização islâmica. Também é verdade que a grande realização da Reforma na Europa – o acontecimento que distingue a evolução política no norte e no sul do continente –, a secularização da verdade, que libertou a inovação intelectual e assim justificou o pluralismo político, não ocorreu formalmente no mundo muçulmano mas, na prática, o papel colectivo do Islão está constantemente a ser desafiado.

Na sua essência e idealmente, o substrato intelectual do Islão não implica necessariamente que a democracia não possa incorporar-se nos seus padrões culturais e morais. Pelo contrário, as tradições cristã e islâmica relativas à governação não eram assim tão diferentes e as razões por que se não geraram padrões similares de desenvolvimento político devem ser procuradas noutros locais. A tradição europeia desencorajou politicamente a sobrevivência do império, por exemplo, forçando os governantes, também, a abandonar a origem divina da sua autoridade e permitindo a sua substituição

pelo populismo. No Médio Oriente e no Norte de África, por outro lado, o império Otomano – uma das mais bem sucedidas experiências imperiais – dominou a região durante quinhentos anos, apesar da crescente esclerose política que se seguiu ao fracasso na captura de Viena e à incapacidade para resistir ao avanço russo, no século XVII.

O período colonial ajudou igualmente à exclusão da opção democrática, pois, no seu fim, criou Estados centralizados poderosos, e as ideologias políticas holísticas originárias da Europa – Fascismo, Nacionalismo e Comunismo – foram exploradas pelas elites para manterem o poder económico e político. A realidade dos interesses externos também não pode ser descartada, desde os critérios duais aplicados ao mundo árabe e a Israel à preferência universal do ocidente pela estabilidade no Médio Oriente em detrimento da democracia, tanto durante a Guerra Fria como após o seu término. Esta preferência tem sido reforçada pelas preocupações com o acesso ao petróleo e mesmo quando existe um apoio ocidental explícito à alternativa democrática, como acontece com o processo de Barcelona, é mínimo o apoio igualmente explícito à sua sustentação. Por outro lado, também os acontecimento de 11 de Setembro de 2002 encorajaram a Europa e os Estados Unidos a apoiarem a ausência de liberalismo político em nome, e em troca, da guerra contra o terrorismo.

O futuro

Esta é certamente a perspectiva dos intelectuais árabes que compilaram os dois relatórios da desenvolvimento humano árabe, agora considerados como a fonte mais credível relativamente aos males económicos e sociais que travam a evolução democrática. Uma indicação relativamente ao que podem rezear vir a ser a resposta Ocidental às suas preocupações foi dada pelo antigo diplomata britânico Robert Cooper, agora membro da equipa do Alto Representante da União Europeia para a Política Externa, Javier Solana. Ele é o inventor da expressão “imperialismo relutante” para justificar a invasão da Iraque e o conceito de *regime change*, justificado pela necessidade de civilizar Estados fracos e agressivos!!

No entanto, também existem muitas vozes no mundo islâmico que não aceitam a análise de Bernard Lewis de desespero em relação ao futuro da governação democrática nos mundos árabe e muçulmano. Abdelkrim Soroush, no Irão, por exemplo, argumenta que um correcto entendimento do Islão demonstra a sua total compatibilidade com as aspirações ao governo democrático e às liberdades individuais. Marrocos é um exemplo

prático da forma como essa evolução pode ocorrer – basta olharmos para a subtil compatibilização entre os direitos das mulheres e os preceitos do Islão presente nas modificações propostas à lei de família do país, a *muwaddana*.

O extremismo do tipo temido por Bernard Lewis, resumindo, está confinado às margens dos complexos e variados argumentos emergentes no mundo islâmico, apesar das contínuas pressões da intolerância e da repressão em muitos países árabes. E tudo isto se desenvolve mesmo sob a pressão a que a região está sujeita, à medida que a crise no Iraque se agrava, que continua o conflito entre Israel e a Palestina e as economias sofrem os efeitos do processo de globalização. Estes factores explicam, muito mais do que qualquer intolerância intelectual inata à participação democrática, a crise política no Islão.